

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL – AGO
A REALIZAR-SE EM
22 DE ABRIL DE 2020

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.**CNPJ 61.067.161/0001-97****NIRE 35300022289****COMPANHIA ABERTA****AGO****CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os acionistas da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a realizar-se no dia 22 de abril de 2020, às 11:00 horas, na sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, para deliberarem sobre as seguintes matérias:

- a) aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31.12.2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes;
- b) proposta da administração para a destinação do lucro líquido daquele exercício, com a aprovação da distribuição de dividendos e do orçamento de capital;
- c) o número de membros a compor o Conselho de Administração e respectiva eleição;
- d) eleição do Conselho Fiscal, se for o caso; e
- e) fixação da remuneração dos administradores.

Informações Gerais:

De acordo com as exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), e salvo determinação legal em contrário, a Companhia realizará a AGO física na sua sede social. Não obstante, como é do conhecimento de seus acionistas, o Brasil e o mundo enfrentam um momento delicado com o novo coronavírus (COVID-19). Dentre as medidas recomendadas pelas autoridades para prevenir a sua propagação, inclui-se evitar aglomerações de pessoas, tais como assembleias gerais.

Nesse sentido, em consonância com tais recomendações e para diminuir o risco de propagação do coronavírus, a administração da Companhia recomenda que os seus acionistas exerçam seu direito de voto através de boletim de voto a distância

("Boletim") disponibilizados pela Companhia nos termos da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM nº 481"), evitando comparecer pessoalmente à AGO.

(1) Participação e Representação: Poderão participar da AGO os acionistas da Companhia, registrados no Livro de Registro de Ações Escriturais da Instituição Financeira Depositária das Ações Escriturais – Itaú Corretora de Valores S/A. As pessoas presentes à AGO deverão provar sua qualidade de acionistas, depositando na Companhia comprovante previamente expedido pela Instituição Financeira Depositária ou por entidade custodiante, conforme aplicável, bem como exibindo documento de identidade, no caso de pessoas físicas, e atos constitutivos e documentos comprobatórios da regularidade da representação, no caso de pessoas jurídicas.

(2) Procuração: Nos termos do § 4º do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e do § 1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, o acionista poderá ser representado na AGO por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. O procurador poderá ser instituição financeira, sendo possibilitado ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. Caso o Acionista se faça representar por procurador, será necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato e de seu documento de identidade.

(3) Voto a Distância: Os acionistas poderão também exercer o seu direito de voto por meio de Boletins, situação em que deverão, até o dia 15 de abril de 2020: (i) transmitir as instruções de preenchimento (a) ao escriturador; ou (b) ao seu agente de custódia que preste esse serviço, caso as ações estejam depositadas em depósito central; ou (ii) enviá-lo diretamente à Companhia, por correio, devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos especificados no próprio Boletim.

(3) Procuração: Nos termos do § 4º do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e do § 1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, o acionista poderá ser representado na AGO por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. O procurador poderá ser instituição financeira, sendo possibilitado ao administrador de fundos de investimento

representar os condôminos. Caso o Acionista se faça representar por procurador, será necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato e de seu documento de identidade.

(4) Voto Múltiplo: Os acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração deverão representar e comprovar a titularidade de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98.

(5) Documentos e Informações: Os documentos e as informações adicionais necessários para a análise e o exercício do direito de voto encontram-se disponíveis na sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, no website de relação com investidores da Companhia (<http://nadirfigueiredo.com.br/relacao-com-investidores>) e na página da Companhia no portal da CVM (www.cvm.gov.br).

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – AGO DE 22.04.2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresenta-se a seguir, os esclarecimentos prestados pela administração da Companhia para cada um dos itens a serem deliberados pelos acionistas em AGO:

a) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, acompanhadas do Relatório do auditor independente.

As contas dos administradores são apresentadas por meio do Relatório da administração e das Demonstrações contábeis elaboradas pela diretoria da Companhia.

O relatório da administração contém informações sobre o cenário macroeconômico e o desempenho financeiro e das operações da Companhia, com comentários sobre as principais contas da demonstração do resultado do exercício, assim como informações relacionadas aos colaboradores, responsabilidade social e mercado, dentre outras.

As demonstrações contábeis expressam a situação econômico-financeira da Companhia e as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social. Através da análise das demonstrações contábeis é possível avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia.

As Demonstrações contábeis são compostas:

- . • Balanço patrimonial;
- . • Demonstração do resultado do exercício;
- . • Demonstração do resultado abrangente;
- . • Demonstração do fluxo de caixa;
- . • Demonstração da mutação do patrimônio líquido; e
- . • Demonstração do valor adicionado.

O relatório da administração e as demonstrações contábeis foram aprovados pela Diretoria executiva, submetidos à aprovação do Conselho Fiscal e Conselho de Administração, tendo sido considerado em condições de ser submetidas aos acionistas.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes, e o relatório do auditor sob as respectivas demonstrações contábeis foi emitido sem ressalvas.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários –CVM, e normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A administração recomenda a aprovação das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, acompanhadas do Relatório do auditor independente.

b) Aprovação do Orçamento de Capital.

A Lei n 6.404/76, alterada pela Lei n 10.303/2001 determina em seu artigo 196 que *"a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício previsto em orçamento de capital, por ela previamente aprovado. Parágrafo 1º – O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Parágrafo 2º – O orçamento poderá ser aprovado na assembleia geral que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social."*

c) Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019 e distribuição de dividendos.

A destinação do lucro líquido consiste em determinar as parcelas do lucro líquido que serão apropriadas às reservas de lucros, legais e estatutárias, e as que serão distribuídas como dividendos.

A administração da Companhia propõe a seguinte destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2019, no montante de R\$74.085 (setenta e quatro milhões e oitenta e cinco mil reais):

- c.1)** R\$3.704 mil (três milhões e setecentos e quatro mil reais);
- c.2)** R\$3.704 mil (três milhões e setecentos e quatro mil reais); a serem destinados para reserva para desenvolvimento, prevista no estatuto social;
- c.3)** R\$48.810 mil (quarenta e oito milhões e oitocentos e dez mil reais), a serem destinados para reserva de retenção de lucros;
- c.4)** O crédito destinado aos acionistas, como juros sobre capital próprio, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte foi de R\$ 1.541 mil (Um milhão e quinhentos e quarenta e mil reais), conforme aprovação do Conselho de Administração. O montante foi pago no decorrer do exercício de 2019.
- c.5)** R\$17.595 (Dezessete milhões, quinhentos e noventa e cinco mil reais), como dividendo obrigatório, já considerando no cômputo os juros sobre capital próprio indicados no item c.4 acima.

No quadro a seguir demonstramos os valores deliberados como Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos nos três últimos exercícios sociais:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	74.085	82.649	55.733
Reserva legal 5%	(3.704)	(4.132)	(2.787)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	70.381	78.517	52.946
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%	25%
Dividendo anual mínimo	17.595	19.629	13.237
Dividendos propostos	16.054	11.537	5.808
Juros sobre o capital próprio	1.813	9.521	8.740
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(272)	(1.429)	(1.311)
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício	17.595	19.629	13.237

d) Eleição dos Membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes:

Conforme previsto no artigo 10 do Estatuto Social da Companhia o Conselho de Administração, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, com a possibilidade de eleição de até 2 (dois) suplentes, a critério da Assembleia Geral que os eleger, eleitos com até 78 anos de idade, acionistas ou não da sociedade, residentes ou não no País, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Para investidura nos cargos, os membros eleitos para o Conselho de Administração deverão firmar o Termo de Posse com declaração de que não estão incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil, bem como o Termo de Adesão às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, celebrado pela Companhia, pelo qual se comprometem a cumprir as regras ali constantes.

A administração propõe a eleição e/ou reeleição, conforme o caso, dos Srs. Thiago Sguerra Miskulin, Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque, Felipe Franco da Silveira, Luiz Guilherme Okido Arakaki, Morvan Figueiredo de Paula e Silva, José Eduardo Otero Vidigal Pontes e Nelson Craidy Cury para o cargo de membros do Conselho de Administração da Companhia, pelo prazo de mandato estabelecido no Estatuto Social. Maiores informações acerca dos nomes ora propostos encontram-se no anexo 24 item 12 a esta proposta.

Para fins do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a administração propõe que o Sr. Thiago Sguerra Miskulin seja eleito como Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque seja eleito como Vice-Presidente do Conselho de Administração e o Sr. Luiz Guilherme Okido Arakaki seja eleito como Secretário do Conselho de Administração, na Assembleia Geral.

e) Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia:

Conforme disposto no inciso V do Artigo 12 do Estatuto Social da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A., compete ao Conselho de fixar a remuneração de cada um de seus membros

efetivos (e suplentes, se houver), e de cada um dos membros da Diretoria, dentro do limite global definido pela Assembleia Geral, e determinar a participação dos administradores que integram o Conselho de Administração e Diretoria nos lucros sociais, obedecidos os limites legais;

Após a aprovação pela AGO do valor total da remuneração dos membros da administração da Companhia, o Conselho de Administração distribuirá a remuneração fixada entre os membros da Diretoria e Conselho.

Para o exercício de 2019 foi aprovada uma remuneração anual de R\$ 7.500 mil (sete milhões de reais).

A atual proposta da Administração para o exercício de 2020 tem valor de até R\$ 7.500 mil (sete milhões e quinhentos mil reais).

f) Instalação do Conselho Fiscal:

Nos termos da Instrução CVM nº 324/00, aos acionistas titulares de mais de 2% do total do capital social da Companhia é facultado solicitar a instalação do Conselho Fiscal. Até esta data, a administração não recebeu pedido de instalação do Conselho Fiscal e sugere que os acionistas votem "não" ou "abster-se" quanto à solicitação da instalação desse órgão, por entender que dispõe de mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos e à coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio, dispensando a instalação do Conselho Fiscal, o que resultaria em aumento de custos sem benefícios claros.

ANEXO 9-1-II (IN 481/09)

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2019 foi de R\$ 74.085 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarado.

O montante global de dividendos, distribuídos com base no resultado do exercício é como segue:

<u>Natureza da distribuição</u>	<u>Valor bruto total</u> (em R\$ mil)	<u>Valor bruto por ação</u> (em R\$)	<u>Valor total líquido de IRRF total</u> (em R\$ mil)	<u>Valor da ação líquido do IRRF</u> (em R\$)
Juros sobre o capital próprio	1.813	0,13	1.541	0,11
	1.813	0,13	1.541	0,11

Os dividendos complementares do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 16.054, serão pagos aos acionistas da Companhia, conforme cronograma abaixo:

Pagamento da 1ª parcela corresponde a 50% em 20/05/2020, no valor de R\$8.027;

Pagamento da 2ª parcela corresponde a 50% em 19/06/2020, no valor de R\$8.027.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O montante total distribuído no exercício corresponde a 25% do lucro líquido, menos a reserva legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarado:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não será proposto pagamento adicional aos dividendos mínimos obrigatórios.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
Não aplicável.
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
Não aplicável.
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento
Não aplicável.
- 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**
- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarado
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Evento	Data	Provento	Exercício Referência	Parcelas	Data Pagamento	R\$ Por ação		Valor do Provento		Valor Bruto
						ON	PN	ON	PN	TOTAL
RCA	08/04/2019	JCP	2019	01/04	02/05/2019	0,0334	0,0334	184.094	269.296	453.390
	08/04/2019	JCP	2019	02/04	03/06/2019	0,0334	0,0334	184.094	269.296	453.390
	08/04/2019	JCP	2019	03/04	01/07/2019	0,0334	0,0334	184.094	269.296	453.390
	08/04/2019	JCP	2019	04/04	01/08/2019	0,0334	0,0334	184.094	269.296	453.390
TOTAL JUROS SOBRE O CAPITAL PROPRIO						0,1336	0,1336	736.375	1.077.186	1.813.561

(valores expressos em reais)

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício 2019 – R\$ 74.085
 Exercício 2018 – R\$ 82.649
 Exercício 2017 – R\$ 55.733
 Exercício 2016 – R\$ 29.106

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído em exercícios anteriores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício (em R\$ mil)	82.649	55.733	29.106
Dividendos e JSCP (em R\$ mil)	9.521	8.740	7.453
Valor por ação (em reais)	0,70	0,64	0,55
Dividendos e JSCP (em R\$ mil), liq. IRRF	8.093	7.429	6.913
Valor por ação, líquido IRRF (em reais)	0,60	0,55	0,51

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

A destinação foi de R\$3.704 (três milhões setecentos e quatro mil reais), correspondente a 5% do lucro líquido do exercício.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal foi calculada em 5% do lucro líquido do exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

A Administração segundo lhe facultam às disposições societárias e tributárias, procedeu ao cálculo e crédito aos acionistas de juros sobre capital próprios e dividendos complementares, que atendem ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido no artigo 202 da Legislação Societária.

Os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	74.085	82.649	55.733
Reserva legal 5%	(3.704)	(4.132)	(2.787)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	70.381	78.517	52.946
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%	25%
Dividendo anual mínimo	17.595	19.629	13.237
Dividendos propostos	16.054	11.537	5.808
Juros sobre o capital próprio	1.813	9.521	8.740
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(272)	(1.429)	(1.311)
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício	17.595	19.629	13.237

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
O lucro do exercício é suficiente para o pagamento.
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
Não aplicável.
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
Não aplicável.
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
25% (vinte e cinco por cento), do lucro líquido, ajustado consoante o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para dividendo obrigatório, compensados os dividendos semestrais e intermediários e/ou juros sobre capital próprio, que tenham sido declarados no exercício.
- b. Informar se ele está sendo pago integralmente
Sim, de acordo com o cronograma de pagamentos.
- c. Informar o montante eventualmente retido
Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
Não aplicável.
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.
Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos
Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
Não aplicável.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
Não aplicável.
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
Não aplicável.
- d. Justificar a constituição da reserva
Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
Não houve destinação para as reservas de lucros a realizar.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para a reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
Refere-se à constituição de reserva para desenvolvimento, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos, na base de 5% do lucro líquido, observado o disposto nos artigos 198 e 199 da Lei nº 6.404/76.
- b. Identificar o montante destinado à reserva
No exercício de 2019 foi constituído o montante de R\$3.704 (três milhões, setecentos e quatro mil reais).
- c. Descrever como o montante foi calculado
O montante foi calculado, aplicando o percentual de 5% sobre o lucro líquido do exercício, observado o disposto nos artigos 198 e 199 da Lei nº 6.404/76.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

ITEM 10 do Formulário de Referência - ANEXO 24 (IN 480/09)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes, para implantar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

A Companhia manteve nos exercícios de 2019 e 2018 o controle de sua estrutura de capital fazendo ajustes quando necessário, adequando às condições econômicas observadas nestes períodos. Como forma de manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderia efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Não há previsão para resgate de ações.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia investe fortemente em sua unidade produtiva, situada no município de Suzano-SP. A Administração da Companhia acredita que, mesmo com condições econômicas adversas, a implantação com sucesso da estratégia da empresa gera expectativa de caixa operacional suficiente para honrar os compromissos financeiros assumidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No exercício de 2019 e 2018, as principais fontes de financiamentos foram provenientes de recursos próprios, gerados na operação do exercício corrente e acumulado de períodos anteriores, além de captações de Nota de Crédito de Exportação – NCE, Cédula de Crédito de Exportação e Adiantamento de Contrato de Câmbio – ACC, junto a instituições financeiras de primeira linha. As principais fontes de financiamento para o exercício de 2020, serão: a) lucro retido do exercício de 2019, b) geração de caixa decorrente das operações do ano de 2020, e se necessário a contratação de recursos junto as instituições financeiras, nas modalidades de Nota de Crédito de Exportação – NCE, Cédula de Crédito de Exportação e Adiantamento de Contrato de Câmbio – ACC.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Eventuais deficiências de liquidez, caso ocorram, serão cobertas com as disponibilidades e aplicações financeiras que em 2019 montavam R\$101.286 (R\$54.129 em 2018 e R\$18.191 em 2017) complementarmente, caso necessário, poderão ser efetuadas operações de financiamento de médio e longo prazo.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento líquido da companhia nos três últimos exercícios sociais é demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Empréstimos e financiamentos	255.547	132.042	125.559
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.026)	(15.391)	(8.399)
(-) Títulos e valores mobiliários	<u>(89.260)</u>	<u>(38.738)</u>	<u>(9.792)</u>
Dívida líquida	<u>154.261</u>	<u>77.913</u>	<u>107.368</u>

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R\$255.547, sendo que R\$40.547 representavam empréstimo de curto prazo e R\$215.000 correspondiam a empréstimos de longo prazo. O quadro a seguir demonstra estes números, comparativamente ao exercício anterior:

Circulante			Controladora e Consolidado	
Descrição	Vencimentos	Taxas (%)	31/12/2019	31/12/2018
Nota de Crédito de Exportação				
Banco Bradesco S.A.	Nov/2020	126% do CDI a.a	-	5.090
Banco Bradesco S.A.	Mar/2021	120% do CDI a.a	-	7.565
Banco Bradesco S.A.	Mai/2022	118,2% do CDI a.a	157	-
Banco do Brasil S.A.	Jan/2021	121% do CDI a.a	46	5.123
Banco do Brasil S.A.	Mai/2021	119,5% do CDI a.a	61	15.177
Itaú Unibanco S.A.	Jan/2019	131% do CDI a.a	-	12.675
Itaú Unibanco S.A.	Mar/2019	136% do CDI a.a	-	2.502
Itaú Unibanco S.A.	Jun/2021	122% do CDI a.a	-	7.568
Banco ABC Brasil S.A.	Set/2026	CDI + 2% a.a	404	-
Cédula de Crédito à Exportação				
Banco ABC Brasil S.A.	Set/2026	CDI + 2% a.a	472	-
Banco Votorantim S.A.	Set/2026	CDI + 2% a.a	877	-
Vendor				
Banco do Brasil S.A.	Abr/2020	6,53% a.a	1.914	8.686
Banco Itaú Unibanco S.A.	Abr/2020	6,42% a.a	12.432	3.282
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio				
Banco Bradesco S.A.	Jan/2020	Varição cambial + 4,89% a.a.	6.046	-
Banco do Brasil S.A.	Abr/2019	Varição cambial + 3,96% a.a.	-	7.750
Itaú Unibanco S.A.	Fev/2020	Varição cambial + 4,67% a.a.	8.061	5.812
Banco Safra S.A	Fev/2019	Varição cambial + 4,70% a.a.	-	5.812
Banco Santander Brasil S.A	Abr/2020	Varição cambial + 4,60% a.a.	10.077	-
Banco Santander Brasil S.A	Nov/2018	Varição cambial + 4,90% a.a.	-	-
			40.547	87.042
<hr/>				
Não Circulante			Controladora e Consolidado	
Descrição	Vencimentos	Taxas (%)	31/12/2019	31/12/2018
Nota de Crédito de Exportação				
Banco Bradesco S.A.	Nov/2020	126% do CDI a.a	-	5.000
Banco Bradesco S.A.	Mar/2021	120% do CDI a.a	-	12.500
Banco Bradesco S.A.	Mai/2022	118,2% do CDI a.a	25.000	-
Banco do Brasil S.A.	Jan/2021	120% do CDI a.a.	5.000	5.000
Banco do Brasil S.A.	Mai/2021	119,50% do CDI a.a.	15.000	15.000
Banco Itaú Unibanco S.A.	Jun/2021	122% do CDI a.a	-	7.500
Vendor	Set/2026	CDI + 2% a.a	39.200	-
Cédula de Crédito à Exportação				
Banco ABC Brasil S.A.	Set/2026	CDI + 2% a.a	45.800	-
Banco Votorantim S.A.	Set/2026	CDI + 2% a.a	85.000	-
			215.000	45.000
			255.547	132.042

Os montantes vincendos a longo prazo estão assim demonstrados:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	15.000
2021	20.000	30.000
2022	59.000	-
2023	34.000	-
2024	34.000	-
2025	34.000	-
2026	34.000	-
	215.000	45.000

i. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todos os compromissos com instituições financeiras estão contidos nas notas anteriores (e) ; (f).

ii. Grau de subordinação entre as dívidas

Do valor expresso na tabela do item 10.f., 100% refere-se ao endividamento quirografário.

iii. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Conforme art. 5º § 1º do Estatuto Social *“O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações, inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas, com a observância do disposto no presente Estatuto, até o limite autorizado de 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de ações, respeitada a proporcionalidade prevista em lei”.*

Conforme artigo 12, item XI do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração *“autorizar a Diretoria a celebrar contratos para aquisição ou alienação de bens integrantes do ativo não circulante da sociedade sempre que o valor de tal operação exceder R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo que tal limite deve considerar operações isoladas ou conjunto de operações sucessivas e correlatas em um mesmo exercício social;*

Conforme artigo 12, item XII autorizar a (i) aquisição ou a alienação de participação societária, direta ou indireta, pela sociedade ou por suas controladas, e (ii) a participação em associações, “joint ventures” e/ou consórcios.

Conforme artigo 12, item IX autorizar a Diretoria a contratar financiamentos, mútuos, aberturas de crédito e outros instrumentos de empréstimos, com qualquer entidade nacional ou estrangeira;

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui linhas de crédito junto às instituições financeiras com que opera em excesso às suas necessidades.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia descreve os principais pontos da revisão das novas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que são efetivas para o exercício iniciado em 2019, conforme apresentado a seguir:

NBC TG 06/R3 (IFRS 16) – Arrendamentos

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 a NBC TG 06/R3 (IFRS16) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Essa abordagem não impactou o patrimônio líquido da Companhia na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente. Além disso, a Companhia adotou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição, ou seja, a Companhia optou por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos, conforme o NBC TG 06/R2. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do NBC TG 06/R2.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

O impacto da aplicação inicial sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para ativos de direito de uso e passivos de arrendamento a pagar foi de R\$13.473 em 1 de janeiro de 2019.

No resultado do exercício, o impacto líquido foi negativo no montante de R\$319, na Controladora e Consolidado. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

ITG 22 (Deliberação CVM 804/2018) – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A ITG 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do NBC TG 32/R4 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos da NBC TG 32/R4 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não há impactos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de tribunais administrativos e judiciais.

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Demonstrações dos resultados individuais e consolidados para os períodos findos em
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Receita operacional líquida	25	754.770	737.140	793.252	768.081
Custo dos produtos vendidos	26	(445.224)	(404.177)	(466.852)	(418.251)
Lucro bruto		309.546	332.963	326.400	349.830
Despesas de vendas	27	(108.757)	(110.408)	(119.580)	(119.326)
Despesas administrativas	27	(86.628)	(91.553)	(87.918)	(93.268)
Outras receitas (despesas), líquidas		14.447	3.853	11.882	3.855
Resultado de equivalência patrimonial		18	1.886	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		128.626	136.741	130.784	141.091
Despesas financeiras	28	(23.846)	(25.645)	(25.497)	(27.097)
Receitas financeiras	28	7.221	8.421	7.852	9.188
Resultado financeiro líquido		(16.625)	(17.224)	(17.645)	(17.909)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		112.001	119.517	113.139	123.182
Imposto de renda e contribuição social		(37.916)	(36.868)	(39.538)	(38.957)
Corrente	9a	(69.504)	(34.081)	(71.126)	(36.170)
Diferido	9a	31.588	(2.787)	31.588	(2.787)
Lucro líquido do exercício		74.085	82.649	73.601	84.225

Abaixo destacamos principais comentários do Desempenho da Controladora:

A receita bruta no exercício de 2019 foi de R\$ 1.085,8 milhões (R\$ 1.063,3 milhões em 2018), sendo 2,1% maior em relação a 2018.

A receita operacional líquida no exercício de 2019 foi de R\$ 754,8 milhões (R\$ 737,1 milhões em 2018), sendo 2,4% maior em relação a 2018.

O lucro bruto no exercício de 2019 foi de R\$ 309,5 milhões (R\$ 332,9 milhões em 2018), ficando 7,0% menor, no comparativo com 2018.

As exportações representaram 12,0% da receita líquida no exercício de 2019 (12,1% em 2018).

O EBITDA – LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) no exercício de 2019 foi de R\$ 166,0 milhões (R\$ 170,5 milhões em 2018), sendo 2,6% menor, no comparativo com 2018. A relação do EBITDA/LAJIDA com a receita líquida, no exercício de 2019 foi de 22,0% (23,1% em 2018).

O lucro líquido no exercício de 2019 foi de R\$ 74,1 milhões, correspondente a 9,8% da receita líquida. Em 2018 o lucro líquido foi de R\$ 82,6 milhões, correspondente a 11,2% da receita líquida. O lucro líquido no exercício de 2019 ficou 10,3% menor no comparativo com 2018.

O programa de investimentos industriais efetuado pela Companhia nos últimos anos, o desenvolvimento de novos produtos, a melhoria permanente da utilização da capacidade de produção disponível e a continuidade de diversos programas de desenvolvimento gerencial e de melhoria da qualidade que vêm sendo aplicados constantemente, proporcionaram economias e resultados positivos às operações da Companhia.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

Nadir Figueiredo S.A., industrializa e comercializa artigos de vidro, atuando em dois segmentos:

- Produtos de utilidades domésticas, para uso em residências, hotéis, bares e restaurantes: copos, xícaras, pratos, jarras, assadeiras, saladeiras e cinzeiros, e
- Produtos para embalagem de alimentos industrializados e bebidas: copos, potes, frascos e garrafas.

A receita operacional líquida de 2019 está representada por 88,0% e 12,0% (87,9% e 12,1% em 2018) para mercados interno e externo, respectivamente.

Os respectivos segmentos são atendidos por indústrias brasileiras e multinacionais, de portes variáveis.

O crescimento de forma equilibrada, a consolidação do processo produtivo na unidade de Suzano, o mix de produtos e preço de venda nos mercados interno e externo, de todos os segmentos, proporcionaram lucro bruto de R\$ 309,6 milhões.

Esses dois segmentos são atendidos por diversas indústrias, nacionais e multinacionais, de portes variáveis.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A evolução da demanda no segmento de produtos para uso doméstico, no mercado interno e externo em todos os seguimentos proporcionaram uma receita líquida de R\$754,7 milhões, superior em 2,4% em relação à 2018 e 25,0% em relação à 2017. A causa pode ser creditada ao crescimento de forma equilibrada, mesmo considerando as limitações do cenário econômico, nestes períodos.

Comprometida com a qualidade, inovação tecnológica e pesquisa, a Companhia, continuou promovendo novos lançamentos de produtos, ao longo dos últimos anos, demonstrando seu compromisso em atender as demandas do mercado. Isso é reflexo do grande investimento promovido pela empresa nos últimos anos, em especial no seu parque fabril, para melhoria operacional e de resultados, em especial no tocante a produtividade e qualidade.

É importante ressaltar, a manutenção da estratégia nos negócios da Companhia, em continuidade principalmente com a recuperação dos mercados internos e externos, considerando o cenário econômico interno e externo, e suas variáveis que impactaram na economia brasileira.

- c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Quanto ao cenário cambial, houve valorização do dólar frente ao real de 4,02%. Esta valorização na taxa cambial representou variação no custo em um dos principais insumos produtivos (Barrilha), que é um componente 100% importado. Como consequência o custo de produção foi impactado por aumento, porém de forma moderada. Em 2018 a valorização do dólar frente ao real foi de 17,1%.

O gás natural

Para os insumos nacionais a métrica foi mantida dentro do esperado para os últimos 3 exercícios citados, observado a projeção da inflação nos custos da manufatura, cujo indicador sofreu pequena variação dado ao que foi projetado, muito próximo ao INPC.

- d. Eventos ou operações não usuais

Não houve.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

- b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve.

- c. Eventos ou operações não usuais
Não houve.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis 10ih

Conforme descrito nas notas explicativas da Companhia, os pronunciamentos contábeis estão em constatem atualização, portanto a Companhia está atenda a essas mudanças, e quando aplicável, são adotadas pela Companhia. No exercício de 2019, houve adoção de dois novos pronunciamentos contábeis; (a) O IFRS 16 (NBC T 06/R3) – Arrendamentos e IFRS 09 (NBC TG 32/R4) – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro. O item 10.i(h) apresenta de forma detalhada aplicação da norma.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O IFRS 16 (NBC T 06/R3) O impacto da aplicação inicial sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para ativos de direito de uso e passivos de arrendamento a pagar foi de R\$13.473 em 1 de janeiro de 2019.

No resultado do exercício, o impacto líquido foi negativo no montante de R\$319, na Controladora e Consolidado. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

09 (NBC TG 32/R4) não há impactos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de tribunais administrativos e judiciais.

Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório do auditor independente foi emitido em 05/03/2020, com opinião sem ressalvas.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos à estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, provisão para perda de estoques,

provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas judiciais e de instrumentos financeiros.

As principais premissas relativas à fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços patrimoniais, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

Revisão da vida útil

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição. As estimativas de vida útil são realizadas internamente pelo departamento de engenharia.

Perda esperadas com créditos

A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças das duplicatas a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise individualizada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base nas perdas esperadas, através de um modelo prospectivo, levando-se em consideração a análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Provisão para perda de estoques

A Companhia revisa periodicamente o valor líquido de realização e a demanda de seus estoques para garantir que os estoques registrados são demonstrados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização, assim como estoques obsoletos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Realização do imposto de renda diferido

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia entende que os procedimentos internos, os sistemas de acompanhamento e o grau de eficiência dos controles adotados são suficientes para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia está atenta a novas tecnologias e investe em seus controles internos e gerenciais, a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Administração da Companhia entende que os controles internos são adequados ao monitoramento e controle de suas atividades e processos, não tendo sido identificadas deficiências ou melhorias necessárias que sejam relevantes na estrutura dos controles internos.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar¹:

- a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
Não aplicável, a Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

- b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
Não aplicável, a Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

- c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
Não se aplica, a Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:
 - i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
Não se aplica.
 - ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
Não se aplica.
 - iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Não se aplica.
 - iv. Contratos de construção não terminada
Não se aplica.
 - v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Não se aplica.
 - b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não se aplica.
-

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício de 2019, a Companhia manteve a continuidade dos investimentos em ativos imobilizados no montante de R\$68.072. Os investimentos estão substancialmente representados pelos setores de fabricação e armazenagem. (R\$50.021 em 2018).

Os principais projetos contemplaram:

- Reforma de fornos de fusão e equipamentos conjugados da unidade industrial localizada no Município de Suzano-SP;
- Ampliação das instalações da unidade de industrial localizada no Município de Suzano-SP;
- Desenvolvimento tecnológico e de novos produtos e processos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos cujo valor desembolsado em 2018, tiveram como fontes:

- a) Destinação e lucros acumulados conforme orçamento de capital;
- b) Geração de recursos durante o próprio exercício;

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes referentes aos itens acima encontram-se divulgadas.

ITEM 12 do Formulário de Referência - ANEXO 24 (IN 480/09)

12. ASSEMBLÉIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO								
Nome	Idade	CPF	Cargo Indicado	Data Eleição	Data Posse	Prazo mandato	Outros cargos/funções exercidas no emissor	Eleito pelo controlador
Thiago Sguerra Miskulin	35	313.032.028-83	Presidente do Conselho de Administração	22/04/2020	-	2 anos	-	sim
Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque	41	025.989.187-89	Vice-Presidente do Conselho de Administração	22/04/2020	-	2 anos	-	sim
Felipe Franco da Silveira	43	261.377.018-08	Membro do Conselho de Administração	22/04/2020	-	2 anos	-	sim
Luiz Guilherme Okido Arakaki	34	343.197.638-74	Membro do Conselho de Administração e Secretário	22/04/2020	-	2 anos	-	sim
Sr. Morvan Figueiredo de Paula e Silva	76	020.459.748-04	Membro do Conselho de Administração	22/04/2020	-	2 anos	-	sim
Sr. José Eduardo Otero Vitigal Pontes	73	065.188.188-91	Membro do Conselho de Administração	22/04/2020	-	2 anos	-	sim
Nelson Craidy Cury	70	526.516.308-53	Membro do Conselho de Administração	22/04/2020	-	2 anos	-	sim

DIRETORIA ESTATUTÁRIA								
Nome	Idade	CPF	* Cargo Indicado	Data Eleição	Data Posse	Prazo mandato	Outros cargos/funções exercidas no emissor	Eleito pelo controlador
Sr. Patricio Taborda de Figueiredo	58	901.306.267-91	Diretor Presidente	22/04/2020	-	1 ano	-	sim
Sr. Paulo Figueiredo de Paula e Silva	46	296.214.868-90	Diretor Comercial	22/04/2020	-	1 ano	-	sim
Sr. Morvan dos Santos Ladeira	60	073.926.538-57	Diretor Industrial	22/04/2020	-	1 ano	-	sim
Sr. Antonio Ivo Dória do Amaral	63	014.628.608-18	Diretor Financeiro e Relação com Investidores	22/04/2020	-	1 ano	-	sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 2.1 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

- a. Currículo, contendo as seguintes informações:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - nome da empresa
 - cargo e funções inerentes ao cargo
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Como a seguir indicado.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Como a seguir indicado:

Experiência profissional dos membros indicados ao Conselho de Administração

Thiago Sguerra Miskulin

Thiago Miskulin é Diretor da H.I.G. Capital. Antes de ingressar na H.I.G., Thiago trabalhou como profissional de investimento de Private Equity na Mubadala Capital, GP Investments e Permira. Atualmente, Thiago é o Presidente do Conselho de Administração da Elekeiroz S.A. (do setor de produtos químicos) e da Sofape Fabricante de Filtros Ltda. (do setor de autopeças). No início de sua carreira, trabalhou por quase 5 anos no BCG (The Boston Consulting Group) em São Paulo e Londres, e no J.P. Morgan em Londres.

Thiago possui MBA pela Stanford Graduate School of Business, Mestrado em Engenharia pela École Centrale de Lyon, e Diploma de Engenheiro Elétrico pela UNICAMP, com honras. Nascido no Brasil, Thiago é fluente em Português, Inglês e Francês.

Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque

1. Elekeiroz S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração desde abril de 2018. Setor de Atuação: indústria de transformação - fabricação de produtos químicos.
2. Office Total S.A.: Membro do Conselho de Administração desde novembro de 2017; setor de atuação: Serviços Profissionais de Impressão.
3. Bigsal – Indústria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde janeiro de 2017; setor de atuação: Nutrição Animal.
4. Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde novembro de 2017; setor de atuação: Indústria Farmacêutica.
5. Self It Academias Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde novembro de 2017; setor de atuação: Serviços de Ginástica.
6. H.I.G. Assessoria de Investimentos Ltda.: Diretor desde setembro de 2017; setor de atuação: Assessoria de Investimentos.
7. Gávea Investimentos Ltda. de agosto de 2015 a agosto de 2017; setor de atuação: Assessoria de Investimentos; Sócio Diretor.
8. Banco Santander (Brasil) S.A. de 2007 a 2015; setor de atuação: Banco de Investimentos; responsável pela área de Investimentos em Private Equity.
9. Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. de outubro de 2009 a outubro de 2014; setor de atuação: Energia Elétrica; Membro do Conselho de Administração.
10. Crédito Corporativo – FDIC de março de 2010 a julho de 2015; setor de atuação: Crédito. Membro do Comitê de Supervisão.
11. Enesa Participações S.A. de março de 2010 a março de 2015; setor de atuação: Engenharia; Membro do Conselho de Administração.
12. FIP Sondas de maio de 2011 a março de 2015; setor de atuação: Investimentos; Membro do Comitê de Investimentos.
13. Sete Brasil Participações S.A. de maio de 2011 a março de 2015; setor de atuação: Óleo e Gás; Membro do Conselho de Administração e dos Comitês Financeiro e de Novos Negócios.

Felipe Franco da Silveira

1. Elekeiroz S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2018. Setor de Atuação: indústria de transformação - fabricação de produtos químicos.
2. Cel.Lep Ensino de Idiomas S.A. desde agosto de 2017; setor de atuação: Ensino de Idiomas; Presidente do Conselho de Administração.
3. Cel.Lep Ensino de Idiomas S.A. de junho de 2013 a julho de 2017; setor de atuação: Ensino de Idiomas; Diretor Estatutário e Presidente.
4. LG Informática S.A. desde janeiro de 2018; setor de atuação: Software de Informática; Vice-Presidente do Conselho de Administração.
5. Bigsal – Indústria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A. desde setembro de 2017; setor de atuação: Nutrição Animal; Membro do Conselho de Administração.
6. Vargem Grande Participações S.A. desde outubro de 2017; setor de atuação: Holding; Membro do Conselho de Administração.
7. Midnight Sun Participações S.A. desde novembro de 2017; setor de atuação: Varejo; Membro do Conselho de Administração

Luiz Guilherme Okido Arakaki

Luiz Guilherme Arakaki é vice-presidente de investimentos da H.I.G. Capital. Antes de juntar-se à H.I.G., Luiz Arakaki foi sócio da Fundamental Private Markets, gestora de Private Equity focada em investimentos nos setores de consumo e varejo na América Latina.

De 2017 a 2018, trabalhou na equipe de investimentos diretos do CPPIB (Canada Pension Plan Investment Board). Anteriormente, passou seis anos na equipe de Private Equity da Capital Group, onde foi responsável por investimentos nos setores de educação, óleo e gás, meio de pagamentos e varejo no Brasil.

De 2009 a 2011, Luiz Arakaki trabalhou na equipe de Private Equity da Kinea Investimentos. Luiz Arakaki iniciou sua carreira na área de fusões e aquisições do Banco Itaú BBA em 2006, onde trabalhou por três anos. É formado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV.

Morvan Figueiredo de Paula e Silva

Formação Acadêmica:

Bacharel e licenciado em Ciências Políticas e Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Curso intensivo de Administração pela Escola de Administração de Empresas da

Fundação Getúlio Vargas. Participou, ainda, de diversos cursos de especialização nas áreas de Administração e Finanças.

Experiência Profissional:

- Diretor-Presidente e de Relações com os Investidores da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S/A;
- Presidente do Conselho de Administração da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S/A;
- Diretor-Presidente da Multividro Indústria e Comércio Ltda;
- Diretor da Cia. Agrícola, Adm., Coml. e Indl. "CAACI";
- Diretor da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas;
- Presidente da ABIVIDRO – Associação Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidros (1998-1999, 2007-2008);
- Foi Conselheiro da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA);
- Membro do Conselho Superior de Economia – COSEC – FIESP/IRS.
- Diretor-Presidente da Emvidro.
- Diretor da Santa Carolina Vidros e Participações Ltda.
- Diretor – Presidente da Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.
- Diretor – Presidente da Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.

José Eduardo Otero Vidigal Pontes

Formação Acadêmica:

Diplomado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em 1973, com curso de Pós-Graduação de Especialização em Administração de Empresas.

Experiência Profissional:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S/A;
- Diretor-Presidente da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S/A;
- Sócio-Diretor Gerente da Emvidro Comércio e Representações Ltda.
- Diretor da Cia. Agrícola, Adm., Coml. e Indl. "CAACI";
- Sócio-Gerente da Mineração Rosicler Ltda;
- Sócio-Diretor da Santa Carolina Vidros e Participações Ltda;
- Diretor da Multividro Indústria e Comércio Ltda;
- Diretor – Gerente da RIDAN Empreendimentos Imobiliários Ltda.
- Diretor – Gerente da COLOREX Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.
- Presidente do Sindicato da Indústria de Vidros e Cristais Planos e Ocos do Estado de São Paulo, até 2015
- Delegado do Sindicato da Indústria de Vidros e Cristais Planos e Ocos do Estado de São Paulo.

Nelson Craidy Cury

Formação Acadêmica:

- Colégio São Luiz – SP
- Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas

Idiomas: Espanhol e Inglês

Experiência Profissional:

- Aos 18 anos , estagiário da empresa Papel Simão SA
- Aos 19 anos, estagiário da empresa Eucatex
- À partir disso:
Panex S.A Industria e Comércio – fundada pelo meu pai e 2 tios em 1948:
 - Entrei como estagiário aos 19 anos – em 1969
 - Criação do depto. de exportação – em 1970
 - Gerente de vendas - em 1975
 - Diretor de vendas e Marketing – em 1979
 - Compra da parte dos demais sócios da família, em conjunto com 3 irmãos – em 1989
 - Presidente da empresa – em 1991
 - Compra da Clock S.A (maior produtor brasileiro de painéis de pressão) – em 1992
 - Compra da Rochedo, que pertencia da Alcan, líder de mercado por mais de 100 anos – em 1996
 - Compra da Alumínio Penedo S.A – painéis para baixa renda – em 1996
 - Venda de 100% da empresa para o grupo americano Newell Rubbermaid Inc. Permanecendo como presidente por 5 anos. – Em 1998
 - Recompra de 100% da empresa – em 2003
 - Venda de 100% para o grupo francês SEB – em 2005
 - Após isso, montei escritório próprio para administrar o meu patrimônio e entrar em empreendimentos imobiliários – em 2005
 - Início de atuação como consultor de M&A – em 2013

* Após essas aquisições, a Panex se tornou a maior empresa de painéis da América Latina e a maior produtora mundial de painéis de pressão.

Experiência profissional dos membros indicados à Diretoria Estatutária

Patrício Taborda de Figueiredo

Formação Acadêmica:

Bacharel em Economia pelas Faculdades Integradas Cândido Mendes – Rio de Janeiro – 1986;

Membro do Conselho de Administração da Nadir Figueiredo Ind. e Com. S/A.

Experiência Profissional:

- S.A. White Martins (1985 a 1999)

Último cargo: Especialista em Finanças;

- Membro do Conselho de Administração da Rio de Una Alimentos S.A., eleito em abril de 2003;

- RM Consultoria Ltda. - Consultor Associado - Estruturação Financeira, Projetos e Planos de Negócios, Governança Corporativa (1999 a 2005);

- White Martins Gases Ind. – Gerente Desenvolvimento de Negócios Financeiros (2005 a 2008).

- Vitalis Indústria de Alimentos – Diretor Financeiro – 2008 a 2013

- Diretor Vice-Presidente – Nadir Figueiredo Ind. e Com. S/A (Nov/2013 a Mar/2014).

- Diretor - Presidente da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S/A (A partir de Abr/2014)

Paulo Figueiredo de Paula e Silva

Formação Acadêmica:

Formado em Economia pela PUC-SP – 2000;

Pós-graduado em Finanças pela University of California, Berkeley – 2001.

Experiência Profissional:

Atento Brasil – Financeiro 1999 a 2001

Nadir Figueiredo Ind. e Com. S/A.

- Gerente – 2005 a 2008

- Superintendente – 2008 a 2010

- Diretor Vendas – 2010

- Diretor de Vendas e Marketing - 2011

- Diretor da Emvidro Comércio e Representações Ltda.

- Diretor COLOREX Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.

Morvan dos Santos Ladeira

Formação Acadêmica:

Diplomado em Engenharia Mecânica pela U.M.C. – Universidade de Mogi das Cruzes.

Curso de Manufatura com especialização em Usinagem, Ferramentas de Corte e Máquinas

Ferramentas na Fundação para desenvolvimento tecnológico da Engenharia da Escola

Politécnica da U.S.P –

Universidade de São Paulo.

Curso de Administração da Produção e Operações Competitivas na F.G.V. – Fundação Getúlio Vargas.

Curso de Administração, Contabilidade e Finanças na F.G.V. - Fundação Getúlio Vargas.

Experiência Profissional:

- Gerente de Usinagem e Montagem de Máquinas de Nadir Figueiredo Ind. E Com. S.A. (1988 – 1993).

- Gerente de Fabricação de Nadir Figueiredo Ind. E Com. S.A. (1993 – 1994).

- Gerente de Produção de Nadir Figueiredo Ind. E Com. S.A. (1994 – 2007).

- Gerente Geral de Fábrica de Nadir Figueiredo Ind. E Com. S.A. (2007 – 2008).

- Diretor de Fábrica de Nadir Figueiredo Ind. E Com. S.A. (2008 – 2009).

- Diretor de Fábricas de Nadir Figueiredo Ind. E Com. S.A. (desde 2009).

- Diretor da Mineração Rosicler Ltda;

Antonio Ivo Dória do Amaral

Formação Acadêmica:

Diplomado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie – Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas

Pós-Graduação Finanças pela EAESP-FGV

MBA em Gestão Estratégica EADE-FGV/IBE

Experiência Profissional:

- Diretor Financeiro – Nadir Figueiredo Ind. Com. S.A.– (desde Out/2004);
- Diretor – Multividro Ind. Com. Ltda. – (desde Jul/1997).
- Diretor COLOREX Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.
- Diretor da RIDAN Empreendimentos Imobiliários Ltda.
- Diretor da Emvidro Comércio e Representações Ltda.
- Diretor da Cia. Agrícola, Adm. Coml. e Indl.. “CAACI”;
- Diretor da Mineração Rosicler Ltda;
- Diretor da Santa Carolina Vidros e Participações Ltda;

b. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não aplicável aos itens i, ii. e iii.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Sr. Morvan Figueiredo de Paula e Silva é primo de Sr. Patrício Taborda de Figueiredo, Sr. José Eduardo Otero Vidigal Pontes - por matrimônio com a Sra. Maria Regina Figueiredo Vidigal Pontes. Sr. Antonio Ivo Doria do Amaral é primo dos Sr. Morvan Figueiredo de Paula e Silva e Sr. Paulo Figueiredo de Paula e Silva, filho do Sr. Morvan Figueiredo de Paula e Silva.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos três últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b. Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.

ITEM 13 do Formulário de Referência - ANEXO 24 (IN 480/09)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A., está alinhada à estratégia do negócio, além de remunerar, reconhecer de forma justa e equilibrada seus administradores, estimulando-os na busca de soluções visando à satisfação dos clientes, expansão sustentável dos negócios e retorno aos seus acionistas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração, para os administradores com função de diretores, são compostos por Pró-Labore e Remuneração Variável. Para Administradores com atribuição exclusiva de Conselheiro, remuneração por participação em reuniões. Para os Conselheiros Fiscais apenas Pró-Labore. Estes elementos de remuneração têm como objetivo a retribuição pelos serviços prestados, levando em consideração a responsabilidade do cargo.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

ANO	Orgão	% Remuneração Fixa	% Remuneração Variável
2017	Conselho de Administração	100%	-
	Conselho Fiscal	100%	-
	Diretoria Estatutaria	56%	44%
2018	Conselho de Administração	100%	-
	Conselho Fiscal	100%	-
	Diretoria Estatutaria	45%	55%
2019	Conselho de Administração	100%	-
	Conselho Fiscal	100%	-
	Diretoria Estatutaria	51%	49%
*2020	Conselho de Administração	100%	-
	Diretoria Estatutaria	47%	53%

* Proposta a ser avaliada na A.G.O.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Entre outros, são considerados: (a) atingimento do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração; (b) desempenho de atividades sob sua responsabilidade.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração definida para os administradores da Companhia está alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazos, a parcela fixa compatível com o mercado e a parcela variável acompanha os resultados obtidos no curto prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conforme item 13.15.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A remuneração definida para os administradores da Companhia está alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazos, a parcela fixa compatível com o mercado e a parcela variável acompanha os resultados obtidos no curto prazo.

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número de membros

c. número de membros remunerados

d. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- **salário ou pró-labore**
- **benefícios diretos e indiretos**
- **remuneração por participação em comitês**

Não aplicável.

• **outros**

Não aplicável.

ii. remuneração variável, segregada em:

• **bônus**

Benefício não em uso.

• **participação nos resultados**

Benefício apenas para Diretoria Estatutária.

• **remuneração por participação em reuniões**

Aplicável apenas para o Conselho de Administração.

• **comissões**

Não aplicável.

• **outros**

Não aplicável.

iii. benefícios pós-emprego

Não aplicável.

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

Não aplicável.

v. remuneração baseada em ações

Benefício não em uso.

e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

ANO	Orgão	Nº de Membros	Nº de Membros remunerados	Pro labore		Remuneração variável		Total Orgão	Total Part. %
				Valor	part. %	Valor	part. %		
2017	Conselho de Administração	7	6	128	100,0%	-	0,0%	128	100,0%
	Conselho Fiscal	6	3	102	100,0%	-	0,0%	102	100,0%
	Diretoria Estatutaria	4	4	2.307	55,9%	1.817	44,1%	4.124	100,0%
	Total			2.537	58,3%	1.817	41,7%	4.354	100,0%
2018	Conselho de Administração	7	6	137	100,0%	-	0,0%	137	100,0%
	Conselho Fiscal	6	3	146	100,0%	-	0,0%	146	100,0%
	Diretoria Estatutaria	4	4	2.382	45,2%	2.889	54,8%	5.271	100,0%
	Total			2.665	48,0%	2.889	52,0%	5.554	100,0%
2019	Conselho de Administração	7	6	81	100,0%	-	0,0%	81	100,0%
	Conselho Fiscal	6	3	135	100,0%	-	0,0%	135	100,0%
	Diretoria Estatutaria	4	4	2.553	50,5%	2.500	49,5%	5.053	100,0%
	Total			2.769	52,5%	2.500	47,5%	5.269	100,0%
*2020	Conselho de Administração	7	3	360	100,0%	-	0,0%	360	100,0%
	Diretoria Estatutaria	4	4	2.824	46,7%	3.226	53,3%	6.050	100,0%
	Total			3.184	49,7%	3.226	50,3%	6.410	100,0%

* Proposta a ser avaliada na A.G.O.

13.3. Em relação à remuneração variável dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

As respostas aos subitens são apresentadas no quadro ao final do item 13.3.

a. órgão

b. número de membros

c. número de membros remunerados

d. em relação ao bônus:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração.
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração.
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

e. em relação à participação no resultado:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
Este item aplica-se somente aos diretores estatutários.

Não há valor mínimo previsto, a participação no resultado terá como base o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com as políticas internas.

- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração.
Este item aplica-se somente aos diretores estatutários.

Não há valor máximo previsto, a participação no resultado terá como base o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com as políticas internas.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.
Não aplicável.

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

ANO	Orgão	Nº de Membros	Nº de Membros remunerados	Remuneração variável Valor
2017	Conselho de Administração	7	6	-
	Conselho Fiscal	6	3	-
	Diretoria Estatutaria	4	4	1.817
	Total			1.817
2018	Conselho de Administração	7	6	-
	Conselho Fiscal	6	3	-
	Diretoria Estatutaria	4	4	2.889
	Total			2.889
2019	Conselho de Administração	7	6	-
	Conselho Fiscal	6	3	-
	Diretoria Estatutaria	4	4	2.500
	Total			2.500
*2020	Conselho de Administração	7	3	-
	Diretoria Estatutaria	4	4	3.226
	Total			3.226

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- termos e condições gerais;
- principais objetivos do plano;
- forma como o plano contribui para esses objetivos;
- como o plano se insere na política de remuneração do emissor;
- como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo;
- número máximo de ações abrangidas;
- número máximo de opções a serem outorgadas;
- condições de aquisição de ações;
- critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;
- critérios para fixação do prazo de exercício;
- forma de liquidação;
- restrições à transferência das ações;
- critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;
- efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Benefício não está em uso.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

Benefício não em uso.

b. número de membros

c. número de membros remunerados

Benefício não em uso.

d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

- i. data de outorga
- ii. quantidade de opções outorgadas.
- iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis.
- iv. prazo máximo para exercício das opções.
- v. prazo de restrição à transferência das ações
- vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social

Benefício não em uso.

e. valor justo das opções na data de outorga

Benefício não em uso.

f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Benefício não em uso.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

A Companhia não possui implantado este benefício.

b. número de membros

A Companhia não possui implantado este benefício.

c. em relação às opções ainda não exercíveis

- i. quantidade
- ii. data em que se tornarão exercíveis.
- iii. prazo máximo para exercício das opções.
- iv. prazo de restrição à transferência das ações.
- v. preço médio ponderado de exercício
- vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

A Companhia não possui implantado este benefício.

d. em relação às opções exercíveis

- i. quantidade
- ii. prazo máximo para exercício das opções.
- iii. prazo de restrição à transferência das ações.
- iv. preço médio ponderado de exercício.
- v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

A Companhia não possui implantado este benefício.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

A Companhia não possui implantado este benefício.

b. número de membros

A Companhia não possui implantado este benefício.

c. número de membros remunerados

d. em relação às opções exercidas informar:

- i. número de ações
- ii. preço médio ponderado de exercício.
- iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

A Companhia não possui implantado este benefício.

e. em relação às ações entregues informar:

- i. número de ações
- ii. preço médio ponderado de aquisição.
- iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

A Companhia não possui implantado este benefício.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Por órgão	Quantidade de ações na Companhia
Conselho Fiscal	13.066
Diretoria Estatutária	10.110

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão

A Companhia é patrocinadora de um plano de benefícios, administrado pelo MultiBRA Fundo de Pensão - Bradesco Multipensions, que assegura a aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez aos seus funcionários, na modalidade de benefício definido, e ainda aposentadoria normal na modalidade de contribuição variável e/ou contribuição definida, dependendo da opção efetuada pelo participante na data da concessão do benefício.

- b. número de membros
Quatro Diretores Estatutários

- c. nome do plano
MultiBRA Fundo de Pensão - Bradesco Multipensions
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
Nenhum.
- e. condições para se aposentar antecipadamente
As condições são estendidas a todos os participantes, não sendo restrita aos diretores.
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Conforme descrito na nota explicativa 23 das demonstrações contábeis de 31/12/2019, as contribuições feitas pela Companhia a todos os colaboradores do plano foram de R\$3.876 mil (R\$3.753 mil em 2018).

- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Conforme descrito na nota explicativa 23 das demonstrações contábeis de 31/12/2019, as contribuições feitas pela Companhia a todos os colaboradores do plano foram de R\$3.876 mil (R\$3.753 mil em 2018).

- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Os detalhes do Plano de Previdência estão divulgados na nota explicativa 3m (i), das demonstrações contábeis de 31/12/2019.

Adicionalmente, a Companhia possui um único plano de previdência privada para todos os seus colaboradores.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os três últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal.

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. valor da maior remuneração individual
- e. valor da menor remuneração individual
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Nº de membros	4	4	4	7	7	7	6	6	6
Nº de membros remunerados	4	4	4	6	6	6	3	3	3
Em Reais mil									
Valor da maior remuneração	1.512	1.710	1.373	20	18	18	11	45	31
Valor da menor remuneração	1.123	1.218	963	9	18	18	11	45	31
Valor médio da remuneração	1.221	1.341	1.066	16	18	18	11	45	31

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não se aplica.

13.13. Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

O percentual da remuneração de cada órgão, reconhecido no resultado da empresa referente a membros do Conselho de Administração, e Diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, estão descritos na tabela abaixo:

% Parte Relacionada

Órgão	2019	2018	2017
Conselho de Administração	0,0%	67,0%	57,0%
Diretoria Estatutária	0,0%	75,0%	75,0%

13.14 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

ANO	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2017	779	509	1.288
2018	732	345	1.077
2019	521	-	521

* Serviços prestados de Consultoria.

13.15 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

ANO	Órgão	Nº de Membros	Pro labore Valor
2017	Administradores	1	110
Total			110
2018	Administradores	1	103
Total			103
2019	Administradores	1	103
Total			103

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Não há outras informações a declarar.
